

A ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL AOS ALUNOS CADEIRANTES E SURDOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DA ZONA URBANA DE POSSE - GO

¹Débora Ramos dos Santos

²Izabel Ornellas A. de Araújo Simabuko

RESUMO

O paradigma da inclusão busca propor ações que garantam a permanência do aluno deficiente no ensino regular para a não exclusão escolar. Com o objetivo de ter conhecimento do processo inclusivo, o presente estudo observou a inclusão e a acessibilidade dos alunos surdos e com deficiência física nas escolas públicas de Posse (GO). A pesquisa tem quatro objetivos: observar a acessibilidade para alunos surdos e cadeirantes, identificar como é realizada a capacitação dos professores regente e de apoio, descrever a relação professor / aluno-deficiente e colega/ aluno-deficiente e por fim elencar as metodologias utilizadas pelos professores para favorecer a integração. Este estudo é bibliográfico e exploratório, percorreu 10 escolas e contou com a participação de 35 professores. Atualmente o município de Posse, apesar dos avanços, ainda se encontra aquém no quesito inclusão escolar.

Palavras-Chaves: Inclusão escolar, Aluno deficiente, Acessibilidade, escolas públicas.

ABSTRACT

The inclusion paradigm seeks to purpose actions that guarantee the permanence of disabled student in regular education for non-exclusion from school. With the aim of knowing the inclusive process, the present study observed the inclusion and the accessibility of deaf and physically disabled students in public schools in Posse (GO). The research has four main goals: observe accessibility for deaf and wheelchair students; identify how the qualification of the regent and support teachers is carried out, describe the relationship among teacher / disabled student and colleague / disabled student and, finally, list the methodologies used by the teachers to promote integration. This study is bibliographical and exploratory, it had been done through 10 schools and had the participation of 35 teachers. Nowadays, Posse's county, despite the improvements, still falls short of school inclusion.

Key-words: School inclusion, Disabled student, Accessibility, public schools.

¹Débora Ramos dos Santos, graduanda em Licenciatura em Letras Português/Inglês e suas respectivas literaturas pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e-mail debora29ramos@hotmail.com.

²Izabel Ornellas Alves de Araújo Simabuko, Fonoaudióloga pela FOB – USP, Faculdade de Odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo. Especialista em Psicopedagogia pelo IESDE-Castelo Branco. Email: bellsimabuko@gmail.com.

Introdução

A inclusão vem sendo difundida e discutida amplamente há alguns anos, mas sabe-se que nem todas as instituições de ensino tem o mesmo ritmo na execução dos projetos inclusivos. A inclusão educacional visa a eliminação de barreiras arquitetônica, didática e social e assim viabilizar a educação para todos.

O presente trabalho trata da acessibilidade e inclusão escolar das escolas municipais e estaduais da zona urbana do município de Posse (GO) e é mais especificamente voltado ao aluno deficiente físico - cadeirante e ao aluno surdo. Dando ênfase à acessibilidade arquitetônica, a formação do professor, a relação professor / aluno e aluno / colega, e a maneira que o educador utiliza para inserir todos em um mesmo conteúdo de ensino.

A temática, educação inclusiva, relevante a toda a sociedade, nos faz entender que as escolas devem amparar os alunos deficientes com os mesmos direitos que uma pessoa sem deficiência é amparada. A lei 13.146/2015 (LBI) também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência ressalta a condição de uma pessoa com deficiência exercer atos da vida civil em condições de igualdade com outras pessoas. Essa lei dá aos alunos com deficiência o direito a educação de qualidade e ao acesso as dependências da escola.

O estudo partiu da preocupação e curiosidade em saber como alunos deficientes se articulam e interagem na escola e como é o seu processo de ensino e aprendizagem. Em termos arquitetônicos, as escolas estão preparadas para recebê-los? E os professores, como são habilitados para incentivar esses alunos? Os colegas de escola entendem e incluem esses alunos?

Embasamento Teórico

Historicamente as escolas públicas não foram preparadas para atender as diferenças, dificultado assim o processo da Inclusão. Vários autores se puseram a favor da inclusão e com os seus estudos garantem que, é possível sim a permanência do aluno deficiente em sala de aula regular. Sasaki, é um defensor da educação inclusiva, e diz que: “inclusão como paradigma da sociedade, é o processo pela qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana”. Ele propõe que os sistemas tanto sociais como educacionais devam ser modificados e as barreiras eliminadas tornando-os assim acessível. Assim ele conceitua seis dimensões da acessibilidade:

As seis barreiras são: arquitetônicas (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreira na comunicação entre as pessoas), metodológicas (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer trabalho e educação), instrumental (sem barreiras instrumentos, utensílios, ferramentas), programáticas (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas, e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedades para pessoas que têm deficiência). (Sasaki, 2009. Pags 1, 2.)

Inclusão escolar consiste no direito de acesso ao sistema de ensino e é assegurada pela constituição federal em seu artigo 205, que defende uma educação igualitária e sem distinção. É um processo de reestruturação escolar que garante a participação de todos nas atividades envolvidas impedindo o isolamento da criança/pessoa com deficiência. A declaração de Salamanca (1994) foi a precursora desta mudança. Esse documento foi assinado por 92 países e propôs a unificação da educação de pessoas diferentes no mesmo ambiente educacional. No Brasil a inclusão deu seus primeiros passos no ano de 1998.

Acessibilidade é por definição dar condição de acesso as pessoas com deficiência, é um ambiente acessível que todos desejamos ter. Sasaki, 2009 afirma que “a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos das atividades humana”. A acessibilidade arquitetônica para alunos com deficiência está prevista na lei nº 10.098/2000, junto ao plano nacional de educação da lei nº 10.172/2001 e assegura a utilização e acesso com autonomia dos espaços e eliminação de barreiras arquitetônicas.

Com base nos critérios que garantem a acessibilidade, o Ministério da Educação por meio da Secretaria da Educação Especial elaborou um manual de acessibilidade espacial para as escolas, com o objetivo de contribuir na implementação de recursos para tornar o ambiente acessível conforme está no decreto da lei nº 5.296/2014. Para garantir condições de acessibilidade espacial as autoras do manual da acessibilidade espacial nas escolas afirmam que: “é importante identificar quais barreiras físicas aumenta o grau de dificuldade ou impossibilitam a participação e a realização de atividades e a interação das pessoas com deficiência nas escolas.” (Dischinger, Borges, Bins Ely, Manual da Acessibilidade 2009).

Acessibilidade comunicacional é a eliminação de barreira na comunicação que favorece principalmente o surdo na escola. Uma forma eficiente para a comunicação com o surdo é através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Reconhecida como língua oficial pela lei 10.436 da legislação brasileira em 2002 dá ao surdo o direito e a escola o dever de fornecer interprete e ou tradutor de LIBRAS para facilitar a comunicação e promover um espaço mais inclusivo. Por meio do Conselho Nacional o Ministério da Educação publicou a resolução nº4 de 02 de outubro de 2009 que institui o atendimento educacional especializado (AEE) para prover a organização de outros profissionais para atender no apoio às necessidades e dificuldades desses alunos.

A formação docente é primordial quando se trata em acolher alunos com necessidades especiais. O compromisso com a educação torna-se indispensável e completamente necessário, pois, além de garantir o acesso à escola é importante promover metodologias capazes de efetivar o ensino aprendizagem de todos. A educação para crianças/jovens especiais diferencia-se em alguns aspectos das crianças sem deficiência. Mittler (2003), diz que “um professor que tenha uma compreensão básica do ensino inclusivo é o melhor investimento que pode ser feito durante a jornada profissionalizante” (p:189). Entende-se com isso que o educador da educação inclusiva precisa se abastecer de algumas informações e fazer

capacitações que possam lhe ajudar a ministrar as aulas e contribuir com o processo de formação do conhecimento do aluno.

A formação dos professores deve estar em sincronia tanto na construção do conhecimento quanto na formação de valores e atitudes. (Picchi, 2002),

O professor especializado deverá propiciar ao aluno situações de vivência grupal e individual para que tenha, através de reflexão da prática/vivência, aprendizagem de noção ou condutas para que se torne integrável, sociável” (Pag: 44).

Com isso percebemos que para se ter um bom aproveitamento na aprendizagem faz-se necessário a formação especializada dos docentes para que estes auxiliem na construção do conhecimento de seus alunos com e sem deficiência. A formação e capacitação dos docentes por sua vez está assegurada em lei na LDBEN a lei 9.394/96 no art.59 que assegura aos educandos com deficiência que os professores tenham especialização adequada para a integração e estimulação desses alunos.

O ser humano é um ser sensível cheio de sentimentos e emoções que o torna frágil, e moldável. Devido à dificuldade de adaptação no ambiente escolar a relação professor e aluno/colega tende a ser desconfortável, muitas vezes o histórico social e familiar do passado pode influenciar no presente, rememorando momentos desagradáveis, desmotivadores ou bons e felizes. Emilio (2008) conceitua o vínculo como se tudo estivesse implicado e complicado, já que na relação com pessoas diferentes podem acontecer de se repetir historias de outros vínculos. Ao se relacionar com pessoas diferentes, devido o contato e a aproximação, essa relação tende a gerar sentimentos diversos, isso dependerá da maneira em que se dá tal relação.

O convívio com pessoas gera laços, estabelecem vínculos, Lewis (1974) vai conceituar esse contato dizendo que “as coisas vivas tendem a se unir, a estabelecer vínculos, a viver uma dentro da outra, a regressar o ordenamento anterior e a coexistir quando possível”. (Apud Emilio, pag:28). O autor nos revela que o respeito, a imagem, o carisma que o outro transmite, desperta sensações que vai muito além do momento em que ocorre o contato. Essa relação pode despertar sentimentos anteriores que ocorreram na vida de cada um.

Na escola, uma boa relação entre professor e aluno se dá através de diálogo, carisma, afeto e respeito. Paulo freire vai dizer que nessa relação é indispensável o uso do dialogo para constituir o sujeito. Freire (1987, pag: 51).

O diálogo é uma exigência existencial (...), não pode reduzir-se à um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar se simples troca de ideias (...), mas passar por ter conhecimento, saber relacionar, formar o vínculo com confiança.

O professor é peça principal, pois quanto mais compreender o diálogo como necessidade, mais avanços serão conquistados em relação ao aluno. O educador através de sua dedicação e responsabilidade consegue enxergar nos alunos suas qualidades e limitações.

No ambiente educacional inclusivo existem alunos com deficiência e sem deficiência. Ambos dividem o mesmo espaço tendo que respeitar as limitações de cada um sem fazer distinção de qualquer natureza, respeitando a diversidade presente no ambiente.

Entende-se por metodologia a elaboração de meios que possibilitem a compreensão dos conhecimentos em suas respectivas áreas. Os métodos diferentes do ensino tradicional despertam interesse, marcam momentos e estimulam o desejo de querer aprender. Sabemos que cada fase necessita da utilização de recursos adequados para se desenvolver e é necessário elaborar estratégias que facilitem a absorção do conhecimento que esteja em consonância com o contexto do aluno. Araújo 2006, (Apud Viviane Ziemmer):

(...) os métodos e as técnicas são um ordenamento do ensino, implicando recusa à improvisação. Metaforicamente, os métodos e as técnicas são bússolas a guiar, teórica e praticamente, o ensino e a aprendizagem. Tal como o seu mostrador, expresso pela agulha, que indica o norte magnético, os métodos e as técnicas de ensino que pautam a direção a ser seguida. Bem como o processo a ser desenvolvido. Trata-se de, por meio dos métodos e das técnicas, imprimir uma racionalidade operacional ao próprio ensino. O inesperado, o que não foi previsto ou o que não foi preparado em termos de ensino que visa à aprendizagem, significa a postura contrária do método.(p.27)

Com base no que afirma o autor, as metodologias estruturam o que deve ser feito, elas ajudam o docente a desenvolver determinado conteúdo, com intuito de atingir melhor estabilidade e compreensão dos conteúdos.

Material e Método

A presente pesquisa, bibliográfica e exploratória, de cunho qualitativo e quantitativo, teve como objetivo observar a estrutura arquitetônica, a formação dos professores da inclusão, suas metodologias e a integração entre professor/aluno deficiente e colega/aluno com deficiência.

Onze escolas urbanas do Município de Posse (GO) foram convidadas a participar por carta convite levadas pessoalmente pela pesquisadora. Dentre as 11 eram cinco Municipais e seis Estaduais. Dez escolas aceitaram participar da pesquisa, apenas uma Estadual rejeitou o convite alegando ter outros pesquisadores na instituição.

A coleta de dados, numa abordagem mais direta, aplicou questionários para os docentes envolvidos diretamente na inclusão, observou e avaliou os espaços físicos da escola e os dados foram incluídos em uma planilha e por fim observou a integração dos alunos na hora do intervalo (recreio).

A observação do ambiente foi de maneira criteriosa e cuidadosa e incluiu: o espaço externo as dependências da escola (calçada, faixa de pedestre, semáforo) e todo o espaço de dentro da escola onde deve haver circulação de alunos cadeirantes ou com mobilidade reduzida.

Com intuito de identificar a capacitação dos professores envolvidos diretamente na inclusão, foi solicitado aos professores regente, de apoio e do AEE (Atendimento Educacional Especializado) que participassem da pesquisa de forma voluntária. O questionário aplicado abordava a formação básica do professor e suas especializações, além do tempo de trabalho com a inclusão. Tentou-se ainda verificar que estratégias esses professores usavam para a integração dos alunos e a aprendizagem dos mesmos.

Os dados foram coletados entre o dia 06 de agosto a 10 de setembro de 2018. Todas as 10 escolas participantes foram pessoalmente visitadas pela pesquisadora para a observação do espaço físico. Os questionários para os professores foram deixados na escola para posterior preenchimento. Apenas as instituições em que haviam matriculados alunos surdos/deficientes auditivo e cadeirantes receberam o questionário num total de 8 escolas. Foi solicitado que apenas os professores que tivessem relação direta com os alunos cadeirantes e surdos/deficiente auditivo participassem da pesquisa. No final do prazo estipulado foram recolhidos 35 questionários. Para avaliar a integração dos alunos com essas deficiências a pesquisadora esteve presente, de forma anônima, no horário de intervalo. Cada escola foi visitada uma vez, nos períodos matutino e vespertino, e foram observados apenas os alunos presentes no dia da visita. Nove alunos foram observados para a pesquisa.

Os parâmetros utilizados para verificar a acessibilidade arquitetônica levaram em consideração as informações e orientações obtidas no manual de acessibilidade espacial, elaborado pelo Ministério da Educação juntamente com a Secretaria de Educação Especial, em conformidade com leis e normas existentes.

Resultados obtidos

Partindo da premissa que a inclusão e acessibilidade andam juntas, percebemos que sem acessibilidade, seja ela, arquitetônica, comunicacional ou metodológica, não podemos falar em inclusão. Não há como incluir sem tornar o meio acessível.

A observação arquitetônica das escolas foi contabilizada em planilha de acordo com o manual de acessibilidade elaborado pelo Ministério da Educação junto a Secretaria da Educação Inclusiva. Essa planilha gerou um gráfico exposto a seguir. Os itens observados foram agrupados em 13 ambientes, criteriosamente observados. Em Cada ambiente vários aspectos foram avaliados, assim verificamos os problemas mais comuns existentes em cada um desses ambientes de cada escola.

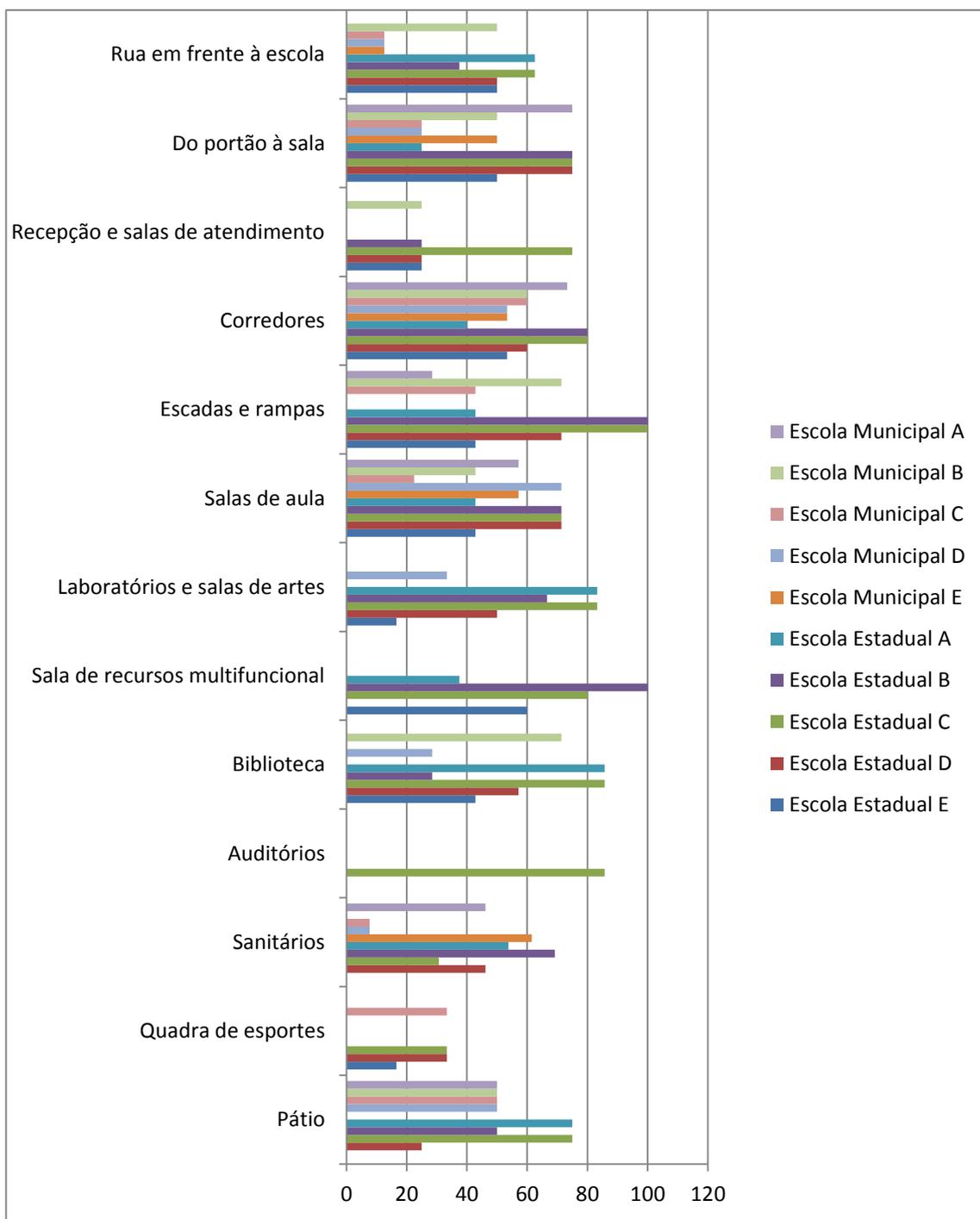
Foram observados os seguintes ambientes: rua em frente à escola; portão de entrada até a porta da sala de aula; recepção e salas de atendimento; corredores; escadas e rampas; salas de aula; laboratórios; salas de recurso multifuncional; biblioteca; auditório; sanitários; quadra de esporte e pátio. Dentro de cada ambiente foi observado se os itens verificados estão em conformidade com as normas específicas existentes da lei vigente segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas, Norma Brasileira, Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamento urbano (ABNT NBR 9.050/2004) e Decreto Federal nº5.296/2004: Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Dentre as escolas estudadas constatamos que apenas 1 delas obteve 100% de acessibilidade em dois dos treze locais observados. Como mostra o gráfico, as escolas apresentam porcentagens diversas para a acessibilidade e há escolas que não dispõem de qualquer acessibilidade em alguns ambientes. Esses dados aparecem em branco no gráfico.

O gráfico a seguir mostra a porcentagem de acessibilidades por ambientes. Cada cor representa uma escola e cada barra corresponde a porcentagem de acessibilidade segundo os critérios observados no referido ambiente.

Gráfico 1:

Acessibilidades nas escolas por tópicos



Os ambientes mais acessíveis observados, apesar de não serem acessíveis 100%, foram os corredores e as salas de aula.

A análise dos questionários dos professores participantes nos mostra que dos 35 professores que responderam o questionário, apenas 33 (94,2%) têm formação acadêmica completa, dois (5,7%), estão cursando o ensino superior. Dos 33 professores com formação acadêmica apenas quatro (12,1%) são pós-graduados em educação inclusiva.

Quando perguntados sobre as metodologias que facilitariam tanto o aprendizado quanto os relacionamentos, dos 35 docentes, 19 (54,2%) informaram que utilizam sim, métodos com intuito de inclui-los e facilitar o aprendizado dentre os recursos utilizados citaram o material dourado, explicação do conteúdo em conjunto, dúvidas individuais, imagens relacionadas ao tema, o globo, mapas, tarefas reduzidas dependendo do grau de dificuldade, vídeo aulas, jogos recreativos, danças, tarefas de forma lúdica e concreta, e a utilização da LIBRAS. Os outros (45,8%) 16 professores não utilizam metodologias diferentes, deixando assim o aluno deficiente na responsabilidade do professor de apoio/interprete ou AEE.

Sobre a atuação específica dos docentes que participaram da pesquisa, dos 35 educadores, 3 (8,6%) são professores de AEE, 21 (60%) são regentes e 11 (31,4%) são de apoio.

O presente trabalho também se preocupou em descrever a relação que os alunos deficientes criaram durante o ano letivo como os colegas. Isso resultou em uma observação feita durante o intervalo (recreio).

Durante o recreio notou-se que o aluno surdo brinca e se relaciona normalmente com os demais, nenhum deles ficou separado, o horário do recreio e o mesmo para todos. Eles formam grupinhos, os colegas são da mesma faixa etária e aparentemente da mesma sala de aula. Não foram vistos maus-tratos, bullying ou exclusão dos grupos. Todos os cadeirantes observados são crianças com

deficiência severa e não tem comunicação oral e não ficam sozinhos com os outros. Vimos também que não há maus-tratos e são tratados da mesma maneira, no intervalo eles ficam inseridos com os outros colegas, porém, existem professores de apoio que os acompanham como observadores.

Os alunos com deficiência (cadeirantes e surdos/deficientes auditivos) que estão matriculados nas escolas municipais e estaduais de Posse (GO) segundo a observação da pesquisadora tem uma relação bastante tranquila com os professores regentes, apoio e do AEE. Esse contato se dá através do respeito e do afeto.

Discussão teórica

Muitos autores discutem aspectos fundamentais na construção de uma escola inclusiva. Sasaki, com a sua visão da inclusão na escola afirma que para incluir é necessário moldar a escola para atender a necessidade que cada deficiente possui. Diz ainda que a acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras de formas diferentes.

Partindo da visão de Sasaki quando mencionam às barreiras presente nas escolas, Mittler, concorda que para trabalhar com a inclusão é preciso que os professores tenham noção básica do ensino inclusivo, elaborando metodologias capazes de incluir um aluno, se especializando para poder dar assistência da melhor maneira possível.

Outro autor que aborda o assunto inclusão, em relação às pessoas deficientes é Emilio. Ele fala das relações presentes nas instituições que envolvem crianças especiais, onde a aproximação geram vínculos e que todos tem que ser tratados igualmente. Paulo Feire também vai conceituar a relação do professor e do aluno, dizendo que o diálogo é indispensável na construção do sujeito. Ele acredita

que através do diálogo o professor consiga passar conhecimento, se relacionar, formar vínculos e conseguir a confiança dos seus alunos.

Todos esses autores se propõem a falar da inclusão, tendo em vista um todo. Um todo que juntos podemos fazer acontecer. A educação não acontecerá sozinha, da mesma maneira que juntos podemos educar uma sociedade, e o mesmo processo para o movimento inclusivo. A família, a escola e a sociedade trabalhando para alcançar melhores avanços.

De acordo com os estudos teóricos as escolas poderiam e já deveriam estar muito bem estruturadas arquitetonicamente, com métodos eficazes e professores capacitados para o atendimento ao deficiente e suas demandas. Mas o que vemos é que as escolas visitadas ainda precisam passar pelo processo de reestruturação e adequação para o atendimento especializado.

Mediante o que está previsto em leis, os planos são acessíveis e condizentes com as emergências de cada um, mas com os resultados da pesquisa percebemos que a realidade das escolas está muito distante dos termos mencionados em relação a uma escola inclusiva. Ainda existem muitas barreiras a serem transpostas.

Conclusão

Sabemos que a educação é a base para o desenvolvimento de cada um. Incluir uma pessoa com deficiência é uma forma de garantir o seu crescimento. O acesso de pessoas com deficiências nas instituições regulares públicas tem aumentado ao longo dos últimos anos por meio da luta pelo direito de ter uma educação igualitária. Mas sabemos que ainda existem dificuldades no acesso, infelizmente as escolas não estão preparadas para atender a diversidade humana na forma prevista em lei. A falta de acessibilidade está presente em todas as escolas observadas.

Pudemos constatar a falta de acessibilidade arquitetônica, assim como a falta de formação de professores especializados na educação inclusiva. E se não há formação específica de professores existe um despreparo para atender o aluno com deficiência. A capacitação lhes daria a técnica e a estratégia, que facilitariam o ensino, a aprendizagem e os relacionamentos.

Para assegurar a educação inclusiva existem leis que favorecem a inclusão, com seus projetos, criação de espaços, direito e deveres das escolas. Mas as leis por si só, não fazem acontecer da forma que está prevista, tem que haver uma mudança no pensar de todos os envolvidos na educação de alunos especiais, tem que haver condições e recursos humanos para efetivar esse movimento inclusivo. As leis garantem o acesso, mas quem faz a efetivação do processo inclusivo somos todos nós educadores, com a nossa preocupação em inclui-los, buscando sempre mais, maneiras, formas, métodos que possam ajudar no desenvolvimento, na aprendizagem, na autonomia. Cumprir o juramento de reponsabilidade e comprometimento para com a educação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Carlos Souza: (Apud: Pimenta, Viviane Ziemmer Magalhães: **Desafio da didática na perspectiva da pedagogia histórico crítico**). Disponível em: (<[http:// www.gestaoescolar.diadia.pr.gov.br](http://www.gestaoescolar.diadia.pr.gov.br)). Acessado em 10 de Maio de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. NBR9050: **Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamento urbanos**, http://www.pessoacwomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf. Acessado em 05 de Agosto 2018

DISCHINGER; Marta. HELENA, Elena Vera Moro Bins Ely. BORGES, Monna Michelle Faleirosda Cunha. In _____ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009. **Manual de acessibilidade espacial para escolas : o direito à escola acessível** . Brasília.

EMÍLIO, Solange Aparecido. A Escola como Grupo e os Grupos na Escola. In _____ . **Grupos e Inclusão Escolar: Sobre laços amarras e nós**. São Paulo: Paulus, 2008. p.19-65

FREIRE, Paulo. In _____ A pedagogia do Oprimido, 17ªEd. Rio de Janeiro Paz e Terra 1987.

LDB: leis das diretrizes de base, da educação nacional
http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_base_s_1ed.pdf.

MITTLER, Peter. Dimensões Globais. P.39-56. Preparando todos os professores para ensinar a todos os alunos. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. P.183-204 Porto Alegre: Artmed, 2003.

Presidência da República. In _____ Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídico Regulamento, 2002.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acessado em 30 de outubro de 2018

PICCHI, Magali Bussab. O Professor especializado . In _____ . **Parceiros da Inclusão escolar**. São Paulo , arte e ciência, 2002.. P.43-54.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer trabalho e educação**. In _____. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, mar/abr.2009. Disponível em:
(https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI__Acessibilidade.pdf?1473203319).

CÂMPUS POSSE - GOIÁS
COORDENAÇÃO ADJUNTO DE TRABALHO DE CURSO
PRODUÇÃO TÉCNICA ACADÊMICA DE ARTIGO CIENTÍFICO
CURSO: LETRAS/PORTUGUÊS-INGLÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS

FICHA DE CONTROLE E FREQUÊNCIA

Declaração da entrega das Atividades propostas no Regulamento

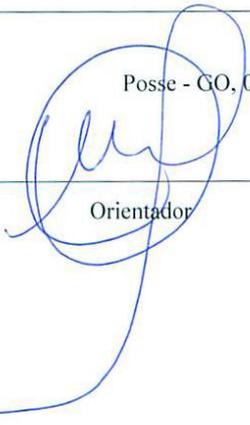
- () Projeto de Pesquisa
(X) Artigo

Declaro que a acadêmica, Débora Ramos dos Santos realizou, cumprindo os prazos, a atividade acima assinalada, estando apta a depositá-la, conforme previsto no regulamento na seguinte situação:

- (X) Concluída e finalizada (redigida e digitada).
() Em fase de conclusão (indicar o que esta faltando).
() Em fase de elaboração (indicar o estágio em que se encontra).
() Realizou o Artigo passo a passo, conforme a orientação do orientador.
() Não realizou o Artigo passo a passo, conforme a orientação do orientador.
() Trouxe o Artigo finalizada sem o conhecimento do orientador.

OBSERVAÇÃO:

Posse - GO, 05 de novembro de 2018.


Orientador

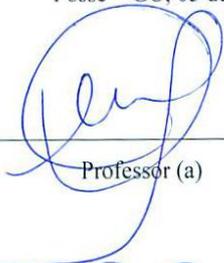
CÂMPUS POSSE - GOIÁS
COORDENAÇÃO ADJUNTO DE TRABALHO DE CURSO
PRODUÇÃO TÉCNICA ACADÊMICA DE ARTIGO CIENTÍFICO
CURSO: LETRAS/PORTUGUÊS-INGLÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS

DECLARAÇÃO DE REVISÃO ORTOGRÁFICA

Eu, Izabel Ornellas Alves de Araújo, professora do curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês, DECLARO que realizei a Revisão Ortográfica completa do Artigo, A ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL AOS ALUNOS CADEIRANTES E SURDOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DA ZONA URBANA DE POSSE - GO do (a) acadêmico (a) Débora Ramos dos Santos, observando as recomendações da NGB do ponto de vista ortográfico, morfológico, sintático, semântico, principalmente coesão e coerência no *corpus* do texto.

Para efeito de documento, firmo a presente declaração.

Posse – GO, 05 de novembro de 2018.



Professor (a)

Professor:

Endereço:

Telefone fixo:

Izabel Ornellas A.A. Simabuko
R. Edson Rodrigues de Souza 066 117
Cel.: 62 999187170



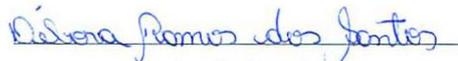
CÂMPUS POSSE - GOIÁS
COORDENAÇÃO ADJUNTO DE TRABALHO DE CURSO
PRODUÇÃO TÉCNICA ACADÊMICA DE ARTIGO CIENTÍFICO
CURSO: LETRAS/PORTUGUÊS-INGLÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS

DECLARAÇÃO DE DISCENTE

Declaro para fins documentais que o meu Artigo científico apresentada ao Curso de Letras Português/Inglês do Câmpus Posse (GO), - Universidade Estadual de Goiás-UEG, é original, e não se trata de plágio; não havendo, portanto, cópias de partes, capítulos ou artigos de nenhum outro trabalho já defendido e publicado no Brasil ou o exterior. Caso ocorra plágio, estou ciente de que serei reprovado na Disciplina Monografia.

Por ser verdadeira, firmo esta declaração.

Posse – GO, 05 de novembro de 2018.


Acadêmico (a)